



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: DESAFIOS PARA EDUCADORES FRENTE ÀS NECESSIDADES DE ESCOLARES COM MICROCEFALIA ASSOCIADA AO ZIKA VÍRUS

Ana Luiza Andrada de Melo<sup>1</sup>, Celeste Oliveira<sup>1</sup>, Giliane dos Santos Bitencourt<sup>1</sup>  
Azevedo, Fernando Luís de Queiroz Carvalho<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação – GESTEC –  
Departamento de Educação I – Universidade do Estado da Bahia – UNEB

<sup>2</sup>Departamento de Ciências da Vida – Universidade do Estado da Bahia – UNEB

### Resumo

O vírus Zika é um arbovírus que, em humanos, provoca a doença conhecida como febre Zika, uma infecção que pode ocasionar um espectro clínico que varia de manifestação inaparente até complicações neurológicas importantes. A microcefalia relacionada ao vírus Zika se caracteriza pela ocorrência de crânio pequeno congênito com ou sem outras alterações no Sistema Nervoso Central (SNC) em nascidos de mães com histórico de infecção na gestação. O presente estudo versa sobre a educação inclusiva e especial para alunos com microcefalia associada ao Zika vírus. O objetivo é investigar os desafios enfrentados pelos profissionais de educação e saúde no atendimento à criança com microcefalia em um contexto de educação inclusiva. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Foram utilizados artigos em português, inglês e espanhol que apresentam, em seu conteúdo, alguma discussão em torno das crianças nascidas com microcefalia associada ao Vírus Zika e a educação inclusiva, no período de 2014 a 2018. Os resultados apontam para a necessidade de preparação constante para a atuação profissional que possa estar associada à aplicação de tecnologias com vistas a melhorias no acolhimento destes indivíduos por profissionais mais preparados para lidar com tal situação. Essa preparação somente será obtida através de estudos e conhecimentos específicos sobre o tema, através de cursos e capacitação profissional contínua. Assim, novos estudos são necessários para ampliar o entendimento da relação educação inclusiva/microcefalia/tecnologias voltada a crianças com microcefalia.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Microcefalia, Zika Vírus

### 1. Introdução

No ano de 2015 o Brasil registrou a circulação do vírus Zika (ZIKV) no país, com ocorrência de casos, inicialmente nas cidades de Natal (RN), Salvador e Feira de Santana (BA). A partir de então, houve uma com uma rápida disseminação da doença, favorecida pelo seu vetor de transmissão. De 2015 à 2022, foram notificados 67 casos suspeitos de Síndrome Congênita Associada ao Zika, sendo 25 casos confirmados associados ao Zika vírus, 5 casos confirmados relacionados a outras causas, 29 casos



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

descartados, 6 óbitos e 2 casos que seguem em investigação. O aumento no número de casos de crianças nascidas com microcefalia de gestantes contaminadas com o ZIKV, configura-se como uma importante preocupação para a saúde pública e para a educação.

O cenário levou a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) a emitir alerta epidemiológico e o Ministério da Saúde (MS) a decretar situação de emergência sanitária no país (BRASIL, 2017).

A relevância do tema nos remete a análise de um aumento significativo de crianças diagnosticadas com microcefalia que apresentam alterações nos processos mentais que interferem na aquisição de conhecimentos. Esse quadro, portanto, demanda maior tempo para aprender a se comunicar e a desenvolver as competências necessárias para o cuidado de si (FLORIANI, 2017). Sendo assim, necessitam de apoio efetivo, desde o momento em que ingressam na escola, devendo os profissionais serem indutores propositivos de atividades pedagógicas adequadas que estimulem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

A questão norteadora desse estudo é a contribuição da Educação Especial, na perspectiva da inclusão, para o desenvolvimento educacional das crianças com microcefalia associada ao Zika Vírus. Para tanto, esta pesquisa pretende auxiliar nas discussões em formação acadêmica e entre os profissionais graduados, ampliando os seus conhecimentos sobre o assunto, possibilitando à melhoria da integração e inclusão da criança com microcefalia no ambiente escolar.

O objetivo geral deste estudo é investigar os desafios enfrentados pelos profissionais de educação e saúde no atendimento à criança com microcefalia em um contexto de educação inclusiva. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: averiguar a produção científica sobre Educação Inclusiva no Brasil para as crianças portadoras de microcefalia após o advento da Infecção pelo vírus Zika; discutir a formação contínua dos professores à luz das políticas públicas voltadas para crianças com microcefalia; proporções de educação em saúde a serem aplicadas por profissionais que atendem à criança com microcefalia no ambiente escolar.

## 2. Metodologia

O estudo em tela é uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2016), a revisão bibliográfica tem como fonte primordial os registros impressos decorrentes de pesquisas anteriores, ou seja, livros, artigos ou teses que contêm texto analiticamente processados pelos seus autores. Sendo assim, esse rito metodológico envolve o levantamento bibliográfico, buscando fontes dos últimos cinco anos, leitura de material, construção lógica de trabalho e confecção do artigo. O caráter exploratório da pesquisa que proporciona familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais reflexivo (GIL, 2017, p.82).

Os critérios de inclusão adotados foram: ser artigo original, estar disponível na íntegra *online*, apresentar-se em português, inglês ou espanhol, trazerem seu conteúdo alguma forma de discussão em torno da criança nascidas com microcefalia associada ao Vírus Zika e a educação inclusiva, estar delimitado a um recorte temporal dos últimos cinco anos, entre o ano de 2014 a 2018. As bases de dados para a busca dos estudos foram: Biblioteca Científica Eletrônica Online (SCIELO) e Google Acadêmico, utilizando os descritores: Educação inclusiva, Microcefalia, Zika vírus e política nacional de educação inclusiva, tecnologias.

A análise dos estudos foi desenvolvida a partir da comparação das publicações, estabelecendo-se uma relação das semelhanças e identificando, desta maneira, os dados



# STAES 22'

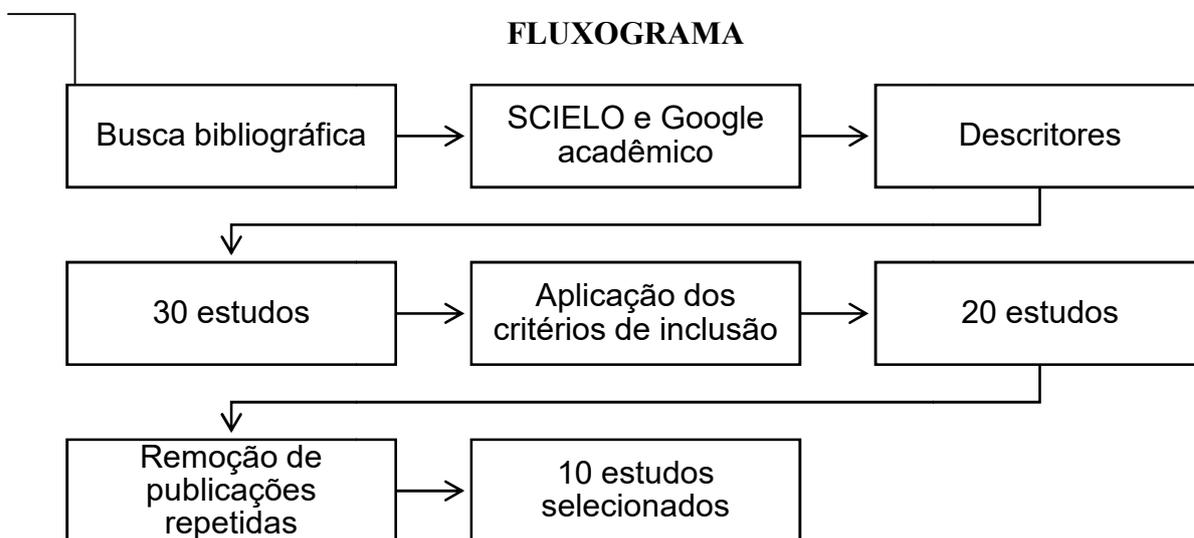
Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

relevantes sobre educação especial e microcefalia. Estes foram minuciosamente estudados e, em seguida, analisados, para a elaboração dos resultados, discussão e conclusão deste estudo.

### 3. Resultados

A busca bibliográfica, mediante aplicação dos critérios de inclusão e leitura detalhada, resultou na coleta de 30 publicações, sendo caracterizadas como artigos, dissertações e teses. A restrição do período de publicação para os anos de 2014 e 2018 e uma análise mais direcionada para os temas do escopo do trabalho promoveu a seleção de 20 estudos. Após a remoção de estudos repetidos, foram escolhidos 10 estudos para participar da discussão sobre o tema.

Segue abaixo fluxograma e planilha descritiva relacionando às literatura utilizadas por ano e revistas que foram utilizados para este estudo:



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

**Tabela 1 – Quantitativo Geral da Produção Científica sobre Educação inclusiva e especial: um olhar aos alunos com microcefalia associada ao Zika Vírus, Brasil, 2014 – 2018.**

Fontes – Publicações	ANOS					
	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Faces de Clio			1			1
CadernoIbero-Amer			1			1
RevistaMaiêutica		1		1		2
RevistaBrasileira de Educação	1					1
Rev. Diversidade e Educação		1				1



BRASIL				1	1	2
Dissertação: Inclusão do aluno com microcefalia: a realidade das escolas públicas e privadas de Pernambuco				1		1
Dissertação: Estratégias Pedagógicas e Expectativas de Aprendizagem: um Olhar aos Alunos com Microcefalia			1			1
Dissertação: Educação Inclusiva		1				1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

## 4. Discussão

Os tópicos que se seguem emergiram da categorização dos temas levantados a partir da revisão bibliográfica. Serão apresentados os marcos legais que abordam a microcefalia, aspectos gerais sobre o mecanismo da doença e ações educativas voltadas para o desenvolvimento das crianças com microcefalia aplicadas no ambiente escolar.

### 4.1 Política de Educação Inclusiva

A história da Educação Inclusiva teve seu início com a declaração dos direitos humanos em 1948, apontando a “igualdade de direitos” (SILVEIRA, 2015, p.221). Na década de 1990, na Conferência de Jomtien, através da “Declaração de Salamanca”, surge a inclusão escolar que veio para romper o paradigma educacional existente. Outro marco legal é a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e que trata no seu Capítulo V, Art. 58, acerca da educação especial (BRASIL, 1996). Tais documentos contribuíram na organização e orientação das Políticas Públicas a despeito da inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais e subsidiam a Legislação Brasileira. Nesta perspectiva, destacaremos aqui o que tem sido desenvolvido sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais e o impacto de suas ações para esta população.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), com a Lei nº 8.069/90, discorre sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – A LDB 9.394/96, (Cap. V), exclusivo para a educação especial, exigiu que os municípios passassem a se responsabilizar pelas decisões e ações políticas para implementação da educação inclusiva no âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Este documento garante e assegura inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades/superdotação e como instrumento norteador das ações educacionais com vistas para educação inclusiva.



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

A Secretaria Municipal da Educação publicou na Portaria nº 257/2020 que trata de Instrução Normativa com o objetivo de estabelecer procedimentos para adaptação e/ou adequação e flexibilização curricular na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para os(as) alunos(as) público-alvo da Educação Especial e/ou outras Necessidades Educativas Específicas (NEE) de todos os segmentos educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Salvador.

A construção de uma escola inclusiva se constitui a partir de políticas públicas que possibilitem acesso, permanência, subsídios para recursos pedagógicos e, principalmente, um Projeto Político-pedagógico que priorize a formação contínua de todos os sujeitos que fazem a escola, que a família participe efetivamente do processo de desenvolvimento destes escolares em parceria com a escola. Inclusão é antes de tudo direito.

## 4.2 Microcefalia e Zika vírus

O vírus Zika é um arbovírus que causa em humanos a doença conhecida como febre Zika. A transmissão dá-se por meio da picada do mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* (BRASIL, 2016, p.13). Há ainda outras vias de transmissão, havendo identificação do vírus em líquido amniótico, na urina, leite materno, saliva e sêmen (CHANES E MONSORES, 2016, p.66). A doença pode ter manifestação inaparente, sem a percepção da apresentação de sinais ou sintomas, passando por um quadro clínico com manifestações brandas e autolimitadas, e podendo se manifestar com complicações neurológicas e também por doença congênita. (BRASIL, 2017, p.16)

O Zika Vírus é responsável por atacar células cerebrais fetais, conhecidas como células progenitoras neurais. Elas são responsáveis pela formação dos ossos e da cartilagem do crânio, por isso há uma má-formação craniana. Porém, a microcefalia não é apenas um problema físico, na qual os portadores apresentam uma diminuição do perímetro cefálico, mas também neurológico psíquico e motor. O nível da seqüela varia de um caso para outro, de acordo com a área cerebral atingida. Um indivíduo com microcefalia poderá ter déficit cognitivo, problemas visuais, déficit auditivo e motor, atraso no desenvolvimento e epilepsia” (LIMA et al, 2017, p.2).

Quanto ao tratamento da microcefalia, existem ações de suporte que podem auxiliar no desenvolvimento do bebê e da criança e este acompanhamento é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como cada criança desenvolve complicações diferentes entre elas: respiratórias, neurológicas e motoras, o acompanhamento por diferentes especialistas vai depender das funções que ficarem comprometidas (BRASIL, 2016, p.22).

Nesse contexto, a recomendação inicial da OMS para as crianças com microcefalia e suas complicações neurológicas é promover o desenvolvimento delas. Assim, todas as crianças, inclusive aquelas com atrasos no desenvolvimento e complicações neurológicas, podem aprender e desenvolver habilidades. Os pais, cuidadores e professores podem contribuir para o desenvolvimento das crianças por meio do envolvimento em atividades cotidianas e no brincar (FLORIANI, 2017). Vale ressaltar que ao se considerar a necessidade de maior participação de educadores e pais no processo de desenvolvimento dessas crianças, abre-se espaço para que as tecnologias, especialmente as leves, tenham importante papel. A utilização de tecnologias leves como elemento de capacitação detém impactos significativos sobre a estruturação e desenvolvimento de ações no ambiente de trabalho, capazes de impactar



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

o aprendizado, rendendo melhorias no conjunto do desenvolvimento dos indivíduos (LOBATO et al., 2020), sendo, portanto, fundamentais na aplicação da educação inclusiva em crianças com microcefalia.

## 4.3 Educação e saúde para inclusão de crianças com Microcefalia

A condição da Educação Inclusiva em nosso estado ainda representa um grande desafio a ser encarado, tendo em vista a integração de crianças acometidas com Zika Vírus no Ensino Fundamental. Portanto, é fundamental a elaboração do processo de inclusão de tais crianças na sala de aula regular. Sendo assim, para além de intervenções na estrutura arquitetônica nas escolas para permitir o acesso, é preciso um plano de trabalho pedagógico construído coletivamente para o atendimento de escolares que possuam deficiência, déficit de aprendizagem ou transtornos associados.

Disto isto o planejamento, o estudo e diagnóstico são fundamentais para ações de adaptação e/ou adequação do currículo conforme preconiza a Portaria nº 257/2020, prescinde de avaliar os aspectos interpessoais; afetivos; comunicacionais; psicomotores; construção da representação leitura e escrita surdez-Língua Portuguesa como segunda língua; Baixa visão; Raciocínio lógico-Matemático; habilidades Perceptivo-Motoras; relação à assimilação e fixação de conteúdo; atenção; Memória.

Estes são aspectos importantes que podem avaliar processualmente o desenvolvimento e a aprendizagem do escolar onde os professores tem a possibilidade de discutir ações conjuntas para a melhoria da aprendizagem da criança. É necessário que seja garantido aos professores tempo para o planejamento, adequação ou adaptação de atividades e momentos de trocas com as famílias para que reforcem e fortaleçam as aprendizagens dentro e fora da escola.

De fato, conforme mencionado anteriormente nesse trabalho, são diversas as situações que desafiarão os profissionais de educação e saúde para se tornarem aptos à aplicação da educação inclusiva. Estudos demonstram que o uso de tecnologias pode ser um grande aliado para o êxito desde a formação até a utilização do que foi aprendido nas situações reais que esses profissionais encontrarão na sua práxis (SANTOS, 2019; LOBATO et al., 2020).

Neste contexto o profissional do AEE (Atendimento Educacional Especializado) é um parceiro fundamental para que a inclusão efetive seu papel de fortalecer a transição do aluno para sala regular e contribuir com o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a socialização, adaptação e acolhimento deste escolar. Assim, o profissional do AEE é o articulador e parceiro fundamental para promover as relações entre a gestão escolar, a equipe pedagógica e as famílias.

A parceria entre Educação e Saúde é uma tarefa urgente e importante, desde que, a síndrome traz problemas de ordem cognitiva, física e múltiplas deficiências. O diálogo, a aproximação destes profissionais em colaboração com entidades que se encarregam de atendimento especializado é fundamental nesse contexto e são necessárias ações de educação em saúde para o desenvolvimento e aplicação de discussões, reflexões e trocas de experiências em prol de melhorias voltadas a educação inclusiva que contemplem os profissionais de forma continuada, mas que possam chegar de maneira evidente aos escolares e às suas famílias.

A melhoria real dos planos pedagógicos que possam promover a escolarização significativa destes escolares na perspectiva de uma prática pedagógica adequada a singularidade específica de cada um, associada a utilização de estratégias didáticas que



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

possam favorecer atendimento igualitário ao que se grifa como diverso e oportuno a todos(as) faz valer a garantia deste direito assegurado pela Constituição de 1988. Essa implantação prática é o que poderíamos considerar um verdadeiro avanço.

## 5. Considerações Finais

O presente estudo tratou de um tema muito importante e delicado, que é a educação inclusiva e especial para alunos com microcefalia associada ao Zika vírus. Falar sobre educação inclusiva e especial pode nos trazer temores, angústias e ter como resultante a vontade de evitar o assunto. Entretanto, como profissionais da educação, precisamos de recursos para lidar com essas situações e, assim, continuar ensinando e oferecendo o melhor aos nossos alunos.

O resultado da pesquisa foi satisfatório, visto que podemos observar as produções sobre educação inclusiva no Brasil para as crianças portadoras de microcefalia; bem como analisar as principais dificuldades enfrentadas na educação inclusiva; e identificar os desafios da educação inclusiva no nosso país. Em tempo, evidencia-se a urgente necessidade de inclusão das tecnologias, nas suas mais diversas faces, desde as tecnologias leves até as tecnologias duras, no ambiente formativo dos profissionais de educação e de saúde, visando mais capacitação, melhor acesso a informação e maior capacidade de aplicação do aprendido frente às situações reais que a rotina de trabalho trará, entre as quais se incluem, aquelas que desafiarão esses profissionais, principalmente quando estão relacionadas a alterações de saúde com implicações diretas na cognição e desenvolvimento dos seus portadores. Dessa forma, fica clara a necessidade de mais estudos e pesquisas com enfoque no uso de tecnologias voltadas a educação inclusiva de crianças com microcefalia.

Faz-se necessária a implantação de ambientes de preparação constante para a atuação profissional. Tal preparação somente é obtida através de estudos e conhecimentos específicos sobre o tema. Sugerimos a possibilidade, haja vista a necessidade, dos cursos voltados à área da educação oferecer em subsídios com relação ao tema. Desejamos, então, que esse trabalho não fique apenas no papel, e que os conhecimentos aqui descritos possam se propagados entre os acadêmicos e profissionais formados; que o desafio da educação inclusiva e especial para alunos com microcefalia associada ao Zika Vírus possa ser mais valorizado e discutido.

## Agradecimentos

Os autores agradecem a Deus, por nos fortalecer e sustentar até o momento, aos colegas do grupo de pesquisa Educação Saúde e Tecnologias – EDUSAUT da Universidade do Estado da Bahia - UNEB por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho e à Vigilância Epidemiológica/SMS do Município de Feira de Santana - Bahia pela liberação dos dados de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Virus.

## Referências

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Acesso em 11 de agosto de 2019.



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

BRASIL, Ministério da Educação; Portal do Professor/Educação Inclusiva. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/linksCursosMateriais.html?categoria=449>>; Acesso em 20 de Agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, p.1-60. 2016. Acesso em 11 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Orientações integradas de vigilância e atenção à saúde no âmbito da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional: procedimentos para o monitoramento das alterações no crescimento e desenvolvimento a partir da gestação até a primeira infância, relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas dentro da capacidade operacional do SUS** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/12/orientacoes-integradas-vigilancia-atencao.pdf>>. Acesso em: 16 de outubro de 2019

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de Novembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)> Acesso em 14 de Agosto de 2019.

CHANES, Isabel Rodrigues e MONSORES, Natan Uma reflexão bioética e sanitárias sobre efeitos colaterais da epidemia de Zika vírus: revisão integrativa sobre a eutanásia/ortotanásia nos casos de anomalias fetais. **Cad. Ibero-Amer. Dir. Sanit.**, Brasília, 5(2):56-72, abr.jun, 2016. Acesso em 11 de agosto de 2019.

ECA, Estatuto da Criança e Adolescente, **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 22 de agosto de 2019

FLORIANI, Marlei Adriana Beyer Floriani, O efeito zika vírus e suas implicações na educação infantil. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 5, n. 01, p. 83-87, 2017. Acesso em 11 de agosto de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Acesso em 11 de agosto de 2019.

LIMA, Rebecka Rayane Araujo; SILVA Renan Belém da Silva; SILVA, Osias Raimundo; SILVA, Vycitor Mateus de Melo Alves. **INCLUSÃO DO ALUNO COM MICROCEFALIA: A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS**



# STAES 22'

Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde

DE PERNAMBUCO. IV Congresso Nacional de educação, p.1-9, 2017. Acesso em 11 de agosto de 2019.

LOBATO, Tatiana Caroline Lima; MACEDO, Valdenora Patrícia; DA SILVA, Mariana Paula; BARBOSA, Sara Moriá Rodrigues; GOMES, Alessandra Pereira; DANTAS, Jaynne de Souza; SIQUEIRA, Gabriel Garcia; CARVALHO, Ruthe Gusmão. Utilização de metodologias ativas e tecnologias leves na redução de agravos à saúde da criança. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 11842-11854, 2020.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 15ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2016

OPAS, Organização Pan-americana de Saúde. Carta Curitiba sobre Promoção da Saúde e Equidade. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5112:opasoms-destaca-importancia-da-equidade-e-sustentabilidade-na-saude-em-conferencia-mundial&catid=845:noticias&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5112:opasoms-destaca-importancia-da-equidade-e-sustentabilidade-na-saude-em-conferencia-mundial&catid=845:noticias&Itemid=839)> Acesso em 22 de Agosto de 2019.

SANTOS, Silas Lacerda dos. O uso das tecnologias na formação profissional e tecnológica: Um estudo de caso do centro territorial de educação profissional do extremo sul (CETEPS). **Revista IFES Ciência**, v. 5, n. 2, p. 175-186, 2019.

SILVA, Gabriela Cristina. **A inclusão escolar e seus desafios: relato de uma experiência significativa** (Monografia em Pedagogia) Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p.1-54. 2017. Acesso em 11 de agosto de 2019.

SILVA, Adriana Souza da; COLOSSI, Samanta; SILVA, Juliana Nogueira Luiz da; SOARES, Ana Paula Soares. Colossi EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 43-46, 2015. Disponível: <file:///C:/Users/Ana%20Luiza/Downloads/1405-2312-1-PB.pdf.> Acesso: 16 de outubro de 2019

SILVEIRA, Tatiana dos Santos da. **Educação Inclusiva**. Tatiana dos Santos da Silveira; Luciana Monteiro do Nascimento. Indaial: Uniasselvi, 2015. 221p. : il. 1. Educação inclusiva – Aspectos sociais. I Centro Universitário Leonardo da Vinci.